

POR UMA SOCIOLOGIA DA TRADUÇÃO: BALANÇO E PERSPECTIVAS*

Johan Heilbron¹
Gisèle Sapiro²

RESUMO: Afastando-se de uma problemática centrada na relação entre dois textos (o original e o traduzido), este artigo aborda a tradução como importante vetor das trocas culturais internacionais, no seio das quais ela pode assumir diferentes funções, de acordo com as condições de circulação transnacional dos bens culturais. São analisados, sucessivamente, os seguintes aspectos: a estrutura do espaço das trocas culturais internacionais, os tipos de exigências (políticas e econômicas) que pesam sobre tais trocas, os agentes da intermediação, e os processos de importação e de recepção no país de destino. O artigo evidencia o ganho que a perspectiva sociológica representa para a compreensão do fenômeno tradutório³.

Palavras-chave: tradução, trocas culturais internacionais, campo literário, espaço editorial.

ABSTRACT: Moving from the issue centered on the relation between two texts (the original and the translated ones), this article investigates translation as an important vector of cultural international exchanges, within which it can embody different functions, according to the conditions of transnational circulation of cultural assets. We gradually analyze the following aspects: the structure of space of cultural international exchanges, the kinds of demands (political and economical) that influence such exchanges, the agents of intermediation and the processes of importing and reception in the target country. The article reveals how effective the sociological perspective can be for the understanding of the translating phenomenon.

Key words: translation; cultural international exchanges; literary field; editorial context

A análise sociológica das práticas de tradução, tal como apareceu recentemente em um conjunto de pesquisas, é fundamentada em uma dupla ruptura tanto com a abordagem interpretativa do texto e de suas transmutações, quanto com a análise econômica das trocas transnacionais.

*Tradução de Marta Pragana Dantas e Adriana Cláudia de Sousa Costa.

¹ CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique)/Centre de sociologie européenne – Paris.

² CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique)/Centre de sociologie européenne – Paris.

³ Este artigo é parte integrante do relatório de pesquisa coordenada por Gisèle Sapiro sobre *La Traduction comme vecteur des échanges culturels internationaux. Circulation des livres de littérature et de sciences sociales et évolution de la place de la France sur le marché mondial de l'édition (1980-2002)*, Centro de Sociologia Européia, 2007. Uma versão em língua inglesa foi publicada em Michaela Wolf (Org.), *Constructing a Sociology of Translation*, Benjamins Press: 2007, p. 93-107.

A abordagem interpretativa se subdivide em duas tendências: uma, objetivista, emana da tradição hermenêutica; a outra, subjetivista, desenvolveu-se a partir dos anos 1960 no âmbito dos *Cultural Studies*. Na problemática hermenêutica, que está na origem de diversas abordagens literárias e filosóficas da tradução, a produção de traduções está associada a uma “arte de compreender” (GADAMER, 1976) procedendo, ao mesmo título que a interpretação, de um “movimento hermenêutico” (STEINER, 1975)⁴ que tem por fim um acesso ao “sentido” do texto e a sua unicidade. A corrente culturalista, ao contrário, numa perspectiva relativista, acentua a instabilidade do sentido, devido à diversidade das apropriações que dele podem ser feitas. Essas duas abordagens têm em comum o fato de colocarem entre parênteses as condições sociais de possibilidade da tradução, causando impasse tanto sobre a pluralidade dos agentes implicados, quanto sobre as funções efetivas que as traduções podem ocupar ao mesmo tempo para o tradutor, para os diversos mediadores e para o público em seus espaços históricos e sociais de recepção.

A abordagem econômica, mais eficaz socialmente do que a interpretativa, porém muito menos difundida nos estudos de tradução, opera uma redução de algum modo inversa. Em oposição à obsessão pela singularidade textual ou pela fluidez de sua significação, a abordagem econômica identifica os livros traduzidos à categoria mais geral dos bens, às mercadorias produzidas e consumidas segundo a lógica de mercado, e circulando segundo as leis do comércio, nacional e internacional. Considerar o livro traduzido como uma mercadoria igual às outras oculta a especificidade dos bens culturais, assim como as modalidades próprias de sua produção e de sua valorização. O mercado dos bens simbólicos tem, com efeito, seus próprios critérios de hierarquização e uma economia que lhe são próprios (BOURDIEU, 1977; 1993)⁵.

⁴ Ver principalmente p. 296-303. A análise hermenêutica que Steiner propõe em seu ensaio, e que se opõe às abordagens dos linguistas centradas em torno da noção de equivalência das línguas, remonta a Herder, Schleiermacher e aos românticos alemães. Para os textos mais importantes sobre tradução (de Heródoto e Cícero a Mathew Arnold e Nietzsche), ver a antologia de Douglas Robinson (Org.), *Western translation theory*, Manchester: St. Jerome Publishing, 1997.

⁵ Mais recentemente, as traduções foram abordadas no âmbito de uma análise econômica da diversidade no seio da produção editorial de livros. Esta abordagem interessante, que apela para os princípios postos em prática no âmbito dos estudos sobre a biodiversidade, a saber, a variedade, o equilíbrio e a disparidade, para analisar a diversidade oferecida e a diversidade consumida, toma, como nós, o critério da origem lingüística enquanto medida da diversidade cultural, seguindo nisto a definição dessa noção dada pela UNESCO. Entretanto, a adoção desse prisma oculta lógicas específicas à edição e às indústrias culturais em geral, a saber, a política autoral como meio de acumulação de capital simbólico (no entanto considerado em outros trabalhos de uma das autoras), que contrabalança a tendência para a diversificação dos catálogos. François Benhamou e Stéphanie Peltier, *Une méthode multicritère d'évaluation de la diversité culturelle : application à l'édition de livres en France*, in Xavier Greffe (Org.), *Création et diversité au*

Rompendo com esses dois procedimentos redutores e opostos, a abordagem propriamente sociológica toma por objeto o conjunto das relações sociais no meio das quais as traduções são produzidas e circulam. Ela vai ao encontro, sob esse aspecto, de duas abordagens vizinhas desenvolvidas notadamente por comparatistas, historiadores da literatura, especialistas de áreas culturais e de história intelectual: os *Translation Studies* e os estudos dos processos de “transferência cultural”. Surgidos nos anos 1970 em pequenos países geralmente plurilíngues (Israel, Bélgica, Holanda)⁶, os *Translation Studies*, permanecendo centrados nos textos, realizam um deslocamento da problemática: mais do que compreenderem as traduções unicamente ou principalmente em relação a um original, texto-fonte ou língua-fonte, e inventariar de modo minucioso os desvios cuja legitimidade precisaria em seguida ser determinada, ou que seriam inversamente, segundo a perspectiva culturalista, reduzidos ao conceito vago de hibridação, eles se interessaram por questões que concernem o funcionamento das traduções em seus contextos de produção e de recepção, ou seja, na cultura alvo⁷. É essa mesma questão da relação entre os contextos de produção e de recepção que alicerça as abordagens em termos de “transferência cultural”, as quais se interrogam sobre os atores dessas trocas, instituições e indivíduos, e sobre a sua inscrição nas relações político-culturais entre os países estudados, deixando de lado os desafios econômicos e o papel da edição⁸. O desenvolvimento dos trabalhos de

miroir des industries culturelles, Paris, Ministère de la culture et de la communication, 2006. Françoise Benhamou, *L'économie du star-system*. Paris, Odile Jacob, 2002.

⁶ Os "*Translation Studies*" se constituíram durante os anos 1970 e 1980, através de encontros internacionais de especialistas que se referiam com frequência aos trabalhos dos formalistas russos e de seus sucessores. O que é geralmente tido como o "colóquio fundador" aconteceu em Louvain em 1976, cf. James Holmes, José Lambert & André Lefevre (Org.), *Literature and translation: new perspectives in literary studies*, Universidade Católica de Louvain, 1978, e foi seguido notadamente da fundação, em 1989, da revista *Target: international journal of translation studies* (publicada por John Benjamins Publishers), editada por Gideon Toury e José Lambert. A marca de "*Translation Studies*", em lugar de "tradutologia" ou "ciência da tradução", "Uebersetzungswissenschaft", foi proposta em 1972 por James Holmes, tradutor e poeta americano da Universidade de Amsterdam. Para se ter uma ideia desse domínio de pesquisa em busca de legitimidade acadêmica, ver, por exemplo, a antologia de Lawrence Venutti (Org.), *The translation studies reader*, Londres, Routledge, 2000; Mona Baker (Org.), *Routledge Encyclopedia of translation studies*, London, Routledge, 1998; Edwin Genzler, *Contemporary translation theories*, London, Routledge, 1993.

⁷ A abordagem central, a dos "*Polysystem studies*", foi desenvolvida por Itamar Even-Zohar e Gideon Toury (Tel Aviv); ver em particular Itamar Even-Zohar, *Polysystem studies*, *Poetics today*, n. 11(1), 1990, e Gideon de Toury, *Descriptive translation studies and beyond*, Amsterdam/Philadélfia, John Benjamins, 1995. Ver também Anthony Pym, *Translation and text transfer. An essay on the principles of intercultural communication*, Frankfurt/Berlin/Bern/New York/Paris/Wien, Peter Lang, 1992.

⁸ Ver notadamente Michel Espagne e Michael Werner, *Philologiques*, Paris, Éditions de la MSH, 1990-1994, 3 volumes. Até um período recente, os historiadores do livro e da edição

história cultural comparada tem dado lugar a uma reflexão e a um debate sobre a maneira adequada de articular comparatismo e transferências⁹.

Sair de uma problemática intertextual, centrada na relação entre um original e sua tradução, conduz a uma série de questões propriamente sociológicas a respeito das implicações e das funções das traduções, suas agências e seus agentes, o espaço no qual elas se situam e as restrições, tanto políticas quanto econômicas, que pesam sobre elas. Uma abordagem sociológica da tradução deve levar em conta diversos aspectos das condições de circulação transnacional dos bens culturais, a saber, a estrutura do espaço das trocas culturais internacionais, os tipos de exigências – políticas e econômicas – que pesam sobre essas trocas, os agentes da intermediação e os processos de importação e de recepção no país de destino. Abordaremos sucessivamente tais aspectos.

O espaço internacional

Enquanto transferência transnacional, a tradução supõe primeiramente um espaço de relações internacionais, constituído a partir da existência dos Estados-Nações e de grupos linguísticos ligados entre si por relações de concorrência e de rivalidade. A sociologia das traduções se inscreve assim, mais geralmente, no programa proposto por Pierre Bourdieu (2002) sobre as condições sociais da circulação internacional dos bens culturais. Para compreender o ato de traduzir, é necessário então, num primeiro momento, analisá-lo como imbricado em relações de força entre países e suas línguas. Essas relações de força são de três tipos: política, econômica e cultural, esta última decompondo-se em dois aspectos: a relação de força entre comunidades linguísticas de acordo com o número de locutores primários e secundários (SWANN, 1993; 2001), e o capital simbólico acumulado pelos diferentes países no domínio em questão (CASANOVA, 1999). Nessas relações de força, os meios de luta políticos, econômicos e culturais são desigualmente distribuídos. As trocas culturais são, dessa forma, trocas desiguais que traduzem relações de dominação (MATTELART, 2005). De acordo com essas análises, os fluxos de traduções devem então ser redimensionados em um espaço

interessavam-se pouco pela tradução, sem dúvida em parte devido à ausência de dados fiáveis. Ver, contudo, a contribuição de Jean-Yves Mollier, Paris capitale éditoriale des mondes étrangers, in: Pierre Milza e Antoine Marès (Org.), *Le Paris des étrangers depuis 1945*, Publications de la Sorbonne, 1995, p. 373-394, e o capítulo redigido por Gisèle Sapiro, Traduction et mondialisation des échanges culturels: le cas du français, na reedição de *Où va le livre?*, organizado por Jean-Yves Mollier, Paris, La Dispute, 2007, cap. 10.

⁹ Ver Christophe Charle, *Les intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée*, Paris, Seuil, 1996; Michel Espagne, Au-delà du comparatisme, in: *Les transferts culturels franco-allemands*, Paris, Presses Universitaires de France, 1999, p. 35-49; Michel Werner e Béatrice Zimmerman (Org.), *De la comparaison à l'histoire croisée*, Paris, Seuil, 2004.

transnacional caracterizado por relações de força entre países e grupos linguísticos, suas línguas e suas literaturas.

O sistema mundial das traduções pode ser descrito como um conjunto de relações fortemente hierarquizadas cujo funcionamento revela vários mecanismos gerais (HEILBRON, 1995 e 1999). Os dados estatísticos referentes ao mercado internacional dos livros traduzidos permitem evidenciar a estrutura das trocas nesse domínio. Considerando que perto da metade dos livros traduzidos mundialmente provém do inglês, esta língua ocupa a posição mais central, a que podemos chamar de hipercentral. Vêm em seguida, bastante atrás, mas ainda permanecendo centrais, duas línguas, o alemão e o francês, que representam entre 10 e 12% do mercado mundial de traduções. Oito línguas têm uma posição semiperiférica, com uma parte do mercado internacional que varia de 1 a 3% (é o caso do espanhol e do italiano, por exemplo). As outras línguas têm, todas elas, uma participação inferior a um por cento do mercado internacional e podem, portanto, ser consideradas como periféricas. Isso apesar do fato de algumas delas, o chinês, o árabe ou o japonês, representarem grupos linguísticos dentre os mais importantes em número de locutores¹⁰. O que significa que o número de locutores não é um fator explicativo determinante da hierarquia entre “línguas centrais” e “línguas periféricas”.

Essa estrutura hierarquizada induz imediatamente certas regularidades nas modalidades de circulação dos textos por via da tradução. Primeira constatação: os fluxos de tradução ocorrem mais do centro para a periferia que o inverso. Segunda constatação: a comunicação entre línguas periféricas passa com bastante frequência pelo intermédio de um centro. Quanto mais central é uma língua, maior é a sua capacidade de funcionar como língua intermediária ou veicular. A tradução inglesa ou francesa de uma obra norueguesa ou coreana é imediatamente anunciada por seu editor, que sabe que a tradução para uma língua central será imediatamente seguida por uma leva mais ou menos grande de traduções para outras línguas. Outra tendência observável diz respeito à variedade das obras traduzidas. Quanto mais uma língua é central no sistema mundial de tradução, mais numerosos são os gêneros de livros traduzidos desta língua.

O espaço desigual que os diferentes países dedicam à tradução atesta igualmente essas relações de força. A característica talvez mais marcante do ponto de vista do funcionamento deste espaço diz respeito à relação entre o grau de centralidade e a importância relativa das traduções. Em geral, quanto mais central é uma língua no sistema de tradução, menos se traduz para essa língua. Enquanto os países dominantes “exportam” largamente seus produtos culturais e traduzem pouco em sua língua, os países dominados “exportam” pouco e “importam” muitos livros estrangeiros, notadamente pela tradução: assim, no início dos anos 1990 (GANNE; MINON, 1992, p. 79; JURT, 1999), a proporção de livros traduzidos

¹⁰ Sobre as traduções em árabe, ver Richard Jacquemond, Translation and cultural hegemony: the case of France-Arabic translation, in: Lawrence Venuti (Org.), *Rethinking translation. Discourse, subjectivity, ideology*. London e New York, Routledge, 1992, p. 139-158.

representava, nos Estados Unidos e na Inglaterra, menos de 4% da produção nacional de livros. Na França e na Alemanha, esta proporção variava de 14 a 18%. Para a Itália e a Espanha, ela se elevava a perto de 24%. Do mesmo modo, nos Países Baixos ou na Suécia um quarto dos livros publicados são traduções. Em Portugal ou na Grécia, a porcentagem atinge 35%, até mesmo 45%.

Tudo parece, assim, apontar para uma relação inversa entre o grau de centralidade de uma língua no espaço internacional de traduções e a parcela de traduções na produção nacional de livros nessa língua. Quanto mais central é a produção cultural de um país, mais ela serve de referência em outros países, porém menos se traduz nessa língua. Não é por acaso que os *Translation Studies* se desenvolveram mais particularmente nos pequenos países (Holanda, Bélgica, Israel), onde as traduções têm muito mais peso que nos países que ocupam uma posição dominante nesse espaço. Por isso talvez exista nos *Translation Studies* uma propensão a superestimar a importância das traduções.

Analisar os fluxos de tradução à luz das relações de força entre línguas permite também compreender melhor os efeitos das mudanças históricas. A perda do prestígio ou do poder de um país e de sua língua no cenário internacional tem conseqüências sobre o nível das atividades de tradução. Após a queda dos regimes socialistas, a posição internacional do russo conheceu semelhante mudança brutal: o número de traduções do russo diminuiu drasticamente e esta baixa foi, com efeito, acompanhada por uma forte alta do número de traduções estrangeiras publicadas na Rússia. O declínio relativo do francês foi, da mesma maneira, acompanhado de um crescimento do número das traduções para essa língua. A dimensão do mercado nacional, que é por vezes considerada como fator suficiente para explicar o espaço das traduções (SWAAN, 2001)¹¹, permaneceu estável nesses dois casos e não pode explicar tais mudanças.

Os princípios de diferenciação das lógicas de troca

As trocas culturais internacionais são determinadas por três fatores principais: as relações políticas entre os países, o mercado internacional dos bens culturais (no caso, o mercado do livro) e as trocas propriamente culturais, no seio das quais as trocas literárias podem gozar de uma relativa autonomia. As restrições externas que pesam sobre a produção e a circulação dos bens simbólicos e sobre as trocas culturais internacionais são de dois tipos: políticas (ou mais amplamente ideológicas) e econômicas. O modo de circulação dos textos depende dessas

¹¹ Anthony Pym desenvolveu argumentação nesse sentido em sua comunicação "Traduction et langues non nationales devant l'édition", no colóquio *Les contradictions de la globalisation éditoriale*, organizado por Gisèle Sapiro, no âmbito da rede ESSE [Pour un Espace des Sciences Sociales Européen]. Paris, EHESS [École de Hautes Études en Sciences Sociales]-IRESCO [Institut de Recherches sur les Sociétés Contemporaines], 23-25 de março de 2006.

diferentes lógicas, conforme a estrutura dos campos de produção cultural nos países de origem e de destino, seu grau de autonomia em relação a esses dois tipos de restrições, e as modalidades de exportação e importação, que condicionam em parte a transferência.

Assim, nos países em que o campo econômico está subordinado ao campo político, e onde as instâncias de produção culturais assim como a organização das profissões intelectuais são estatais, como nos países fascistas ou comunistas, a produção e a circulação dos bens simbólicos aparecem imediatamente super-politizadas. Esta super-politização determina amplamente a importação das literaturas da Europa do Leste na França durante o período comunista, quer se trate da circulação legal ou ilegal das obras (POPA, 2002 e 2004).

No polo oposto, certas transferências culturais podem parecer principalmente regidas pela lógica de mercado. Nos casos de extrema liberalização do mercado do livro, como nos Estados Unidos, os bens culturais constituem antes de tudo produtos comerciais submetidos à lei da rentabilidade: o processo de fabricação de *best-sellers* mundiais estandardizados ilustra tal questão. O campo editorial é cada vez mais dominado por grandes grupos econômicos, que tendem a impor critérios de rentabilidade e modos de funcionamento comerciais em detrimento da lógica literária e cultural (BOURDIEU, 1999)¹². O exemplo da importação da literatura italiana na França mostra, por exemplo, o impacto crescente das lógicas econômicas sobre a transferência literária¹³. Este fenômeno atinge igualmente setores em princípio mais bem protegidos, tais como a edição universitária, que atravessa atualmente uma grave crise nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha (THOMPSON, 2005 e 2006). Mas mesmo a lógica puramente econômica em matéria de edição deve ser descrita e analisada de um modo mais afinado do que vêm fazendo os modelos padronizados da economia e da cultura. A oferta e a procura não são simplesmente dadas, elas são construções sociais produzidas por grupos específicos, e neste trabalho de construção intervêm instâncias não mercadológicas, notadamente instituições estatais e instâncias culturais. Contrariamente à definição econômica da economia, outras dimensões, principalmente dimensões políticas e simbólicas, estão presentes e sua eficácia própria não pode ser ignorada se quisermos compreender o funcionamento efetivo dos mercados (BOURDIEU, 2000; SMELSER, SWEDBERG, 2005).

¹² Sobre os riscos econômicos dessas concentrações, ver notadamente Bénédicte Reynaud, "L'emprise de groupes sur l'édition française au début des années 1980", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 130, p. 3-11, dezembro de 1999; Claudia Schalke e Markus Gerlach, "Le paysage éditorial allemand", *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 130, p. 29-47, dezembro de 1999; André Schriffirin, *L'édition sans éditeurs*, Paris, La Fabrique, 1999.

¹³ Ver também a tese de Anais Bokobza, *Translating literature. From romanticized representations to the dominance of a commercial logic: the publication of Italian novels in France (1982-2001)*. (Doutorado em Sociologia). Institut Universitaire Européen de Florence, 2004.

Entre essas duas lógicas, política e econômica, que nunca determinam sozinhas as transferências culturais, encontra-se uma série de agenciamentos possíveis nos quais o peso relativo de uma e de outra varia, segundo o grau de proteção do mercado nacional e a função mais ou menos ideológica atribuída à cultura. Além disso, geralmente também intervêm fatores propriamente culturais a elas irredutíveis.

A autonomia relativa dos campos culturais foi, com efeito, conquistada contra esses dois tipos de dificuldades que continuam a reger a produção e a circulação dos bens simbólicos (BOURDIEU, 1971 e 1992; SAPIRO, 2003). As culturas nacionais são, de fato, elas próprias dotadas de um capital simbólico relativamente autônomo no que diz respeito às relações de poder econômico e político entre os países ou entre comunidades linguísticas. As trocas literárias transnacionais são a expressão de relações de dominação simbólica fundadas na distribuição desigual do capital linguístico-literário (CASANOVA, 1999). As línguas dominadas são pouco dotadas de capital literário e de reconhecimento internacional. As línguas dominantes, devido ao seu prestígio específico, à sua antiguidade, ao número de textos declarados universais escritos nessas línguas, são detentoras de um capital literário importante. Esta acumulação diferenciada de capital simbólico, que pode variar segundo as áreas de criação concernidas, funda uma relação de força desigual entre as culturas nacionais, que tem consequências sobre a recepção dos bens culturais assim como sobre suas funções e usos: assim, para um campo literário nacional em via de constituição, a tradução de uma obra canônica da literatura clássica pode servir para acumular capital simbólico; inversamente, a tradução de um texto de uma literatura dominada para uma língua dominante como o inglês ou o francês constitui uma verdadeira consagração para o autor.

Com a unificação de um mercado mundial da tradução, o espaço da circulação dos textos está cada vez mais estruturado em torno da oposição entre um polo de grande produção e um polo de produção restrita (SAPIRO, 2007). Se a fabricação de *best-sellers* mundiais, possibilitada pela liberalização das trocas, ilustra a lógica econômica da busca de rentabilidade a curto prazo, uma boa parte do processo de importação das literaturas estrangeiras diz respeito à lógica daquilo que Pierre Bourdieu chamou de “produção restrita”, ou seja, a produção de rotatividade lenta, que se projeta no longo prazo e visa à constituição de um acervo, como testemunham os modos de seleção (geralmente fundados mais em critérios de valor literário do que em chances de sucesso junto a um grande público) e as baixas tiragens. A categoria dos ensaios se reparte segundo a mesma oposição entre a atualidade, os documentos, as biografias, etc., que visam o público mais largo, e as obras de ciências humanas e sociais, com circulação restrita e lenta rotatividade. Os atores da intermediação podem eles mesmos ser diferenciados segundo uma clivagem semelhante, conforme intervenham mais em um desses setores do que em outro, como veremos.

O espaço de produção restrita se apóia mais frequentemente em um sistema de auxílios à edição e à tradução. Na França, um sistema de auxílio à tradução em

francês das literaturas de países pequenos foi assim implantado a partir do fim dos anos 1980. Tais sistemas de auxílio estão relacionados a políticas culturais que se desenvolveram no âmbito do processo de patrimonialização dos bens culturais em nível nacional. A diferença dos regimes políticos não liberais, onde a regulação da produção cultural tem por objeto seu controle e sua orientação ideológica, como foi o caso nos regimes fascistas ou comunistas, a intervenção do Estado na democracia liberal está destinada a conter os efeitos das pressões mercantis em uma economia de livre-troca, notadamente o risco de estandardização e de uniformização de produtos culturais visando o maior número de consumidores. Constituído sob o impulso dos atores do campo literário e do mercado do livro, autores, editores, livreiros, este sistema de proteção do circuito de produção restrita, variável segundo o país, atesta o reconhecimento pelos Estados de uma legitimidade simbólica resultante do processo de autonomização desses campos de produção cultural (DUBOIS, 1999; SAPIRO, 2003). Fundado na crença partilhada de que o livro não é uma mercadoria como as outras, ele se traduz também, em certos casos, por um quadro regulamentar, como o preço único do livro ou a proibição da publicidade para o livro na França, regulamentação hoje ameaçada pela extensão dos princípios da livre-troca aos serviços, no âmbito da OMC (SUREL, 1997, p. 289-300; ROUET e DUPIN, 1991).

Um dos quadros regulamentares que mais cristalizou oposições no domínio do livro diz respeito à legislação sobre o direito autoral. De acordo com a concepção francesa do direito autoral, surgida em 1777, e adotada internacionalmente desde o século XIX, com a Convenção de Berna, primeira convenção internacional da propriedade literária e artística, assinada em 1886, o direito moral (direito à divulgação, direito ao respeito, direito ao arrependimento) é inalienável: assim, uma obra não pode, por exemplo, ser cortada sem autorização do autor ou dos seus sucessores titulares dos direitos autorais. É o que diferencia o direito autoral da legislação americana sobre o *copyright*, que considera o livro um bem comercial como outro qualquer (por esta razão, os Estados Unidos recusaram-se por muito tempo a assinar o parágrafo sobre o direito moral na convenção internacional). Ora, os acordos internacionais de 1994 sobre a propriedade intelectual (ADIPC) adotam a Convenção de Berna com exceção do parágrafo sobre o direito moral, que se tornou cedível, o que implica uma mudança na concepção dominante do livro, doravante considerado como um bem comercial.

Os agentes da intermediação

As trocas culturais internacionais se organizam através de instituições e de atores associados às diferentes lógicas políticas (institutos culturais, instâncias de concessão de apoios, adidos culturais, encarregados do livro, etc.), econômicas (editores, agentes literários) e culturais (tradutores, autores, prêmios literários, etc.), tais categorias não sendo evidentemente estanques: assim, os adidos culturais são com frequência recrutados dentre os agentes culturais, vários editores vêm-se

muitas vezes também como intermediários culturais, descobridores e formadores de gosto, e até mesmo como intelectuais no sentido pleno do termo, e assim por diante.

O processo de construção cultural das identidades nacionais, estreitamente ligado à formação dos Estados-Nações e à concorrência entre eles do ponto de vista de sua esfera de influência (THIESSE, 1999), implicava, em contrapartida, uma regulação das trocas diplomáticas e culturais, sustentada por um conjunto de instâncias: embaixadas, institutos culturais¹⁴, institutos de tradução, revistas destinadas a apresentar uma literatura nacional no estrangeiro, etc. Desde o fim do século XVIII, a adoção de uma legislação sobre o direito autoral visa a proteger o mercado do livro reinícola das contrafações estrangeiras (PFISTER, 1999; EDELMAN, 2004; CHARTIER, 2005). Com a industrialização do mercado do livro e o crescimento do público leitor favorecido pela alfabetização, e em seguida com a liberalização das trocas culturais, emergiu um grupo de especialistas do comércio do livro traduzido: editoras independentes, dotadas de um serviço de direitos estrangeiros, agentes literários, feiras internacionais do livro. O desenvolvimento do mercado dos bens culturais e a liberalização das trocas desde o fim da Segunda Guerra Mundial contribuíram para marginalizar as instâncias estatais, em proveito dos atores econômicos. Tendo renunciado aos seus circuitos de exportação próprios, os agentes estatais participam desde então da organização das trocas comerciais: os institutos de tradução se comportam cada vez mais como agentes literários, os serviços destinados a promover as culturas nacionais no estrangeiro trabalham cada vez mais estreitamente com os atores do mercado, editores e agentes literários, as coletividades locais podem tomar parte na organização das feiras do livro, como no caso da feira de Jerusalém. Ao mesmo tempo, seu poder de decisão foi largamente reduzido, e os editores não hesitam em contornar esses intermediários oficiais para se aconselharem junto a atores do campo literário do país de origem, tais como os autores ou os críticos.

Com efeito, além desses especialistas da intermediação, as trocas literárias dependem também de um conjunto de agentes específicos do campo literário, autores, tradutores, críticos, para os quais o trabalho fundado em recursos lingüísticos e sociais próprios fornece benefícios específicos. Estas inter-relações se prestariam facilmente a uma análise de rede (WASSERMAN; FAUST, 1994). As condições de importação da ficção científica americana na França depois da Segunda Guerra Mundial ilustram bem essas lógicas (GOUANVIC, 1997). O surgimento de um grupo de importadores e sua especialização pode, dessa forma, favorecer a tradução da produção literária de um pequeno país para uma língua

¹⁴ Christophe Charle mostra, por exemplo, que a multiplicação dos Institutos culturais franceses no exterior durante a Terceira República decorre de uma lógica de expansão na qual, presume-se, a ciência e a cultura desempenham um papel central. Ver Christophe Charle, "Enseignement supérieur et expansion internationale (1870-1930). Des instituts pour un nouvel empire?", in Johan Heilbron, Remi Lenoir e Gisèle Sapiro (Org.) *Pour une histoire des sciences sociales. Hommage à Pierre Bourdieu*. Paris: Fayard, 2004, p. 323-349.

central, como ilustra o caso da importação da literatura hebraica na França (SAPIRO, 2002).

Os tradutores literários se distinguem sob muitos aspectos, inclusive o econômico, do conjunto dos tradutores “técnicos” e profissionais, clivagem que ilustra bem, por exemplo, o fato de serem organizados em duas associações profissionais distintas. A organização profissional dos tradutores é relativamente recente: na França, a Sociedade dos tradutores (STF) foi fundada em 1947, e a Associação dos tradutores literários, em 1973 (HEINICH, 1984). Ainda fragilmente diferenciada enquanto atividade no início do século XX, o tradutor sendo ainda geralmente, ele mesmo, um autor, um comentador, um docente e/ou um crítico (WILFERT, 2002), a prática da tradução literária conheceu um processo de especialização sob a influência de dois fatores principais: de um lado, o desenvolvimento e a institucionalização do ensino de línguas, que permitiu o surgimento de especialistas dotados de competências certificadas; de outro, a demanda editorial crescente nessa área.

O desenvolvimento profissional que se iniciou em seguida a esse processo de especialização encontrou, contudo, obstáculos. Do ponto de vista das condições de exercício da profissão, o mundo dos tradutores literários é fortemente dividido entre o polo acadêmico e o polo profissional (editorial), divisão que coincide com outras clivagens sociais como masculino/feminino (KALINOWSKI, 2002). Ele se caracteriza por um individualismo que resulta tanto das condições de exercício da profissão quanto do princípio de singularidade vocacional e elitista importado do campo literário (HEINICH, 2005). Como no campo literário, as divisões ligadas às condições heterogêneas da profissão, associadas a este individualismo elitista e às lógicas de concorrência por muito tempo dificultaram a organização corporativa desses especialistas nos países da Europa Ocidental, diferentemente dos regimes comunistas, onde os profissionais intelectuais eram organizados dentro de um quadro estatal rígido¹⁵.

Estes elementos de divisão incitam alguns a abordar a atividade de tradução como um campo regido por uma lógica de concorrência pelo monopólio da legitimidade fundada na acumulação de capital simbólico (SELA-SHEFFY, 2005). Esta atitude tem o mérito de romper com uma abordagem em termos de sociologia das profissões e da profissionalização, cujos limites já foram sublinhados (CHAPOULIE, 1973; HEILBRON, 1986; ABBOT, 1988), mas ela corre o risco de justificar a autonomização metodológica de um objeto ainda fragilmente autonomizado na realidade. Parece que, sob condições a serem definidas, a tradução poderia com efeito constituir um subcampo, ou seja, um espaço possuindo um desafio próprio e conhecendo um certo grau de autonomia em relação a outros campos: é o caso, por exemplo, da tradução literária em contextos nacionais onde ela é muito valorizada (como indicam a existência de escolas específicas, um

¹⁵ Para o campo literário, ver Gisèle Sapiro, "Entre individualisme et corporatisme: les écrivains dans la première moitié du XXe siècle", in Steven Kaplan e Philippe Minard, *La France malade du corporatisme ?*, Paris, Belin, 2004, p. 279-314.

sistema de apoio e de subvenção, formas de reconhecimento e de consagração, etc.), mas, mesmo em semelhante caso, a tradução literária permanece dominada por desafios e critérios propriamente literários, ou seja, por aquilo que constitui o desafio do próprio campo literário, e apenas secundariamente pelo desafio do subcampo da tradução. Ademais, se nos pequenos países, onde a tradução traz lucros simbólicos importantes e onde a concorrência é elevada devido à exiguidade do mercado, o espaço da tradução tende a funcionar como um espaço de concorrência relativamente unificada, nos grandes países ele é muito mais fracionado (notadamente entre as especialidades linguísticas) e compartimentado, mesmo se ele se estrutura segundo hierarquias tácitas (clássicos vs. contemporâneos, hierarquia das línguas), e se tende a unificar-se em torno de instâncias profissionais.

As lógicas de recepção

Assim, para compreender as lógicas que presidem à tradução das literaturas estrangeiras, é necessário relacioná-las não somente à estrutura do espaço internacional acima descrito, mas também à estrutura do espaço de recepção, conforme ele próprio seja mais ou menos regido prioritariamente pela lógica de mercado ou por uma lógica política, assim como aos princípios de funcionamento de suas instâncias: controle dos impressos, estrutura do campo editorial, coleções especializadas, política editorial de cada editora, espaço das revistas e periódicos, modos de consagração (prêmios literários, distinções), etc.

Em seu artigo sobre as “condições sociais da circulação internacional de idéias”, Pierre Bourdieu, retomando uma proposição de Marx, lembra que “os textos circulam sem seu contexto”, o que gera frequentemente mal-entendidos (BOURDIEU, 2002, p. 4). A recepção é em parte determinada pelas representações da cultura de origem e do estatuto (majoritário ou minoritário) da língua. Os receptores as reinterpretem em função dos desafios próprios do campo de recepção. As obras traduzidas podem ser apropriadas de maneiras diversas e por vezes contraditórias, em função dos desafios próprios ao campo intelectual de recepção¹⁶.

De uma maneira geral, as funções da tradução são múltiplas: instrumento de mediação e de troca, ela pode também exercer funções políticas ou econômicas, e constituir um modo de legitimação do qual tanto os autores quanto os mediadores podem ser beneficiários. O valor da tradução não depende apenas da posição das línguas, mas também da posição dos autores traduzidos e dos tradutores, tanto no campo literário nacional, quanto no espaço literário mundial (CASANOVA, 2002). A tradução para as línguas centrais constitui uma consagração que modifica a posição de um autor em seu campo literário de origem. Inversamente, ela é um modo de acumulação de capital literário para grupos, como os românticos alemães,

¹⁶ Para um balanço crítico dos trabalhos sobre a recepção e novas orientações, ver Isabelle Charpentier (Org.), *Comment sont reçues les œuvres*. Paris, Creaphis, 2006.

e para literaturas nacionais em vias de constituição, como o ilustre caso das traduções em hebraico nos anos 1920: estas traduções visavam a criar um “público leitor orgânico”, quando a comunidade dos locutores do hebraico era ainda muito restrita e a grande maioria deles falava uma outra língua (SHAVIT, 2002).

Encontramos esta dupla função da tradução no nível das instâncias, editoras ou revistas: se os editores detentores de um importante capital literário têm um poder de consagração dos autores que eles traduzem, a tradução é um meio de acumular capital simbólico para uma editora inicialmente desprovida de capitais econômico e cultural (SERRY, 2002). As estratégias dos autores representam um amplo *continuum* de possibilidades. Os autores dominados em um campo dominante podem, por exemplo, tentar melhorar sua posição traduzindo autores dominantes dos campos dominados. Os iniciantes ou os autores que ocupam uma posição relativamente marginal são geralmente tentados pela tradução de autores promissores ainda desconhecidos: pode-se pensar em Valéry Larbaud traduzindo *Ulysses* de Joyce, para somente citar um exemplo canônico. Na esfera dos mediadores, os usos da tradução variam ainda da consagração do autor traduzido à autoconsagração do tradutor, e segundo o tipo de valorização de recursos específicos que ela permite¹⁷. Todas essas funções têm efeitos sobre as estratégias textuais e as escolhas estilísticas em matéria de tradução, mas estas também são fruto de um ajuste entre, de um lado, exigências normativas que dependem do cenário nacional e editorial, do gênero, do grau de legitimidade do texto, etc.¹⁸, de outro lado, o habitus do tradutor, que inclui sua relação com as línguas em questão (SIMEONI, 1998)¹⁹.

Enfim, a tradução literária pode desempenhar um papel na criação das identidades coletivas. A literatura, a arte e a música tiveram um papel central na criação cultural das identidades nacionais na Europa (THIESSE, 1999). Já evocamos, a propósito das traduções em hebraico nos anos 1920, o papel das traduções na constituição das culturas nacionais. Outro exemplo, a afirmação das

¹⁷ O caso recente da nova tradução da Bíblia para o francês, pela Bayard, que associava agentes oriundos do mundo literário (escritores reconhecidos) e religiosos (exegetas titulados), constitui um exemplo interessante, ainda que bastante excepcional, de convergência de interesses específicos muito distintos; ver Pierre Lassave, "Sociologie de la traduction, l'exemple de la 'Bible' des écrivains", *Cahiers internationaux de sociologie*, Paris, vol. CXX, p. 133-154, 2006 (2006). Ver também Isabelle Kalinowski, *Une Histoire de la réception de Hölderlin en France*. 1999. Tese. (Doutorado em Letras) – Université Paris XII, Paris, 1999.

¹⁸ A dimensão sócio-cultural das exigências que pesam sobre o ato de traduzir, e que depende amplamente da cultura-alvo, foi avançada por Gideon de Toury, "The nature and role of norms in Translation", in Toury (1995, p. 53-69); as práticas da tradução também se diferenciam, no entanto, de acordo com o tipo de pressão social que pesa sobre ela; ver Gisèle Sapiro (2008).

¹⁹ Para um estudo de caso, ver Jean-Marc Gouanvic, *Pratique sociale de la traduction. Le roman réaliste américain dans le champ littéraire français (1920-1960)*, Arras, Artois Presses Université, 2007.

identidades nacionais do Brasil e da Argentina efetuou-se por meio de um processo de trocas culturais concorrentes, nas quais as traduções de obras brasileiras na Argentina representaram um importante papel ao longo do século XX (SORA, 2002 e 2003). Um uso semelhante dos bens simbólicos observa-se igualmente na construção das identidades sociais, identidade religiosa, identidade de gênero, identidade local (regionalismo), identidade de grupo social (literatura proletária)²⁰. Esse trabalho de construção é geralmente ainda mais importante quando o grupo é dominado. A recepção transnacional de bens simbólicos pode, assim, ter uma função de manutenção identitária de comunidades de imigrados ou de minorias religiosas.

Para compreender a tradução como prática social e como vetor de trocas culturais internacionais, é necessário reintegrar na análise todos os atores – indivíduos e instituições – que dela participam. Deve-se, primeiramente, redimensioná-la no espaço internacional de circulação de textos, espaço hierarquizado no qual as trocas são desiguais. Esta hierarquia resulta da estrutura das relações de força segundo três lógicas principais, política, econômica e cultural. A análise sociológica permite fazer jus à especificidade de cada uma dessas lógicas e das diferentes modalidades de sua interação em condições históricas dadas. Essas lógicas conferem aos produtos dessa atividade seu valor social e simbólico, assim como a diversidade de suas funções, da consagração à acumulação de capital simbólico, ou ainda a construção das identidades coletivas. Cada uma dessas lógicas é incorporada por um conjunto de atores mais ou menos especializados na intermediação, e que contribuem para a atividade de tradução lutando para preservar ou subverter a hierarquia dos valores desse espaço. A especialização e a profissionalização da prática da tradução se inscrevem no desenvolvimento desse espaço com o crescimento das indústrias culturais e a identificação das trocas internacionais. Este quadro de análise permite estabelecer um programa de pesquisa comparativo que teria por objeto a sociologia histórica da formação de um espaço internacional de circulação de textos traduzidos e de seus atores.

Recebido em 30/06/2009 e aceito para publicação em 17/09/2009

REFERÊNCIAS

- ABBOT, Andrew. *The system of professions*. An essay on the division of expert labor. Chicago-London: The University of Chicago Press, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. Le marché des biens symboliques. *L'Année sociologique*. Paris, vol. 22, p. 49-126, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 13, p. 3-43, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.

²⁰ Ver o número organizado por Hervé Serry sobre "Littératures et identités", *Sociétés contemporaines*, n. 44, 2001, e Anne-Marie Thiesse, *Ecrire la France. Le mouvement régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération*, Paris, PUF, 1991.

- BOURDIEU, Pierre. *The field of cultural production*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation international des idées, *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 145, p. 3-8, dezembro 2002.
- BOURDIEU, Pierre. Une révolution conservatrice dans l'édition. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n.126/127, p. 3-28, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Les structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- CASANOVA, Pascale. *La république mondiale des lettres*, Paris: Seuil, 1999.
- CASANOVA, Pascale. Consécration et accumulation de capital littéraire. La traduction comme échange inégal. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 144, p. 7-20, septembre 2002.
- CHAPOULIE, Jean-Michel. Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels. *Revue française de sociologie*, Paris, n. 14-1, janvier-mars, p. 86-114, 1973.
- CHARTIER, Roger. *Inscrire et effacer*. Culture écrite et littérature (XIe-XVIIIe siècle). Paris: Gallimard/Seuil, 2005, p. 177-192.
- DUBOIS, Vincent. *La Politique culturelle. Genèse d'une catégorie d'intervention publique*. Paris: Belin, 1999.
- EDELMANN, Bernard. *Le Sacre de l'auteur*. Paris: Seuil, 2004.
- GADAMER, Hans Georg. *Vérité et méthode*. Les grandes lignes d'une herméneutique philosophique. Paris: Seuil, 1976 (primeira edição alemã 1960).
- GANNE, Valérie; MINON, Marc. Géographies de la traduction. In: BARRET-DUCROQ, F. (Org.) *Traduire l'Europe*. Paris: Payot, p. 55-95, 1992.
- GOUANVIC, Jean-Marc. Translation and the Shape of Things to Come: The Emergence of American Science Fiction in Post-War France. *The Translator*, Manchester, n. 3:2, p. 123-132, 1997.
- HEILBRON, Johan. La professionnalisation comme concept sociologique et comme stratégie des sociologues. In: *Historiens et sociologues aujourd'hui*. Paris: Éditions du CNRS, p. 61-73, 1986.
- HEILBRON, Johan. Towards a Sociology of Translation. Book Translations as a Cultural World System. *European Journal of Social Theory*, 2 (4), p. 429-444, 1999.
- HEILBRON, Johan.; NOOY, Wouter de; TICHELAAAR, Wilma. (Org.). *Waarin een klein land. Nederlandse cultuur in internationaal verband*. Amsterdam, Prometheus, 1995.
- HEINICH, Nathalie. Les traducteurs littéraires : l'art et la profession. *Revue française de sociologie*, Paris, n 25, p. 264-280, 1984.
- HEINICH, Nathalie. *L'Elite artiste*. Excellence et singularité en régime démocratique. Paris: Gallimard, 2005.
- JURT, Joseph. L'"intraduction" de la littérature française en Allemagne. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 130, p. 86-89, 1999.
- KALINOWSKI, Isabelle. La vocation au travail de la traduction. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 144, p. 47-54, 2002.
- MATTELART, Armand. *Diversité culturelle et mondialisation*. Paris: La Découverte, col. "Repère", 2005, reed. 2007.
- PFISTER, Laurent. *L'Auteur, propriétaire de son oeuvre ? La formation du droit d'auteur du XVIe siècle à la loi de 1957*. 1999. Tese (Doutorado em direito) – Université Strasbourg, 1999.
- POPA, I. Un transfert littéraire politisé. Circuits de traduction des littératures d'Europe de l'Est en France 1947- 1989. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 144, p. 55-59, 2002.
- POPA, Ioana. *La Politique extérieure de la littérature*. Une sociologie de la traduction des littératures d'Europe de l'Est (1947-1989). 2004. Tese. (Doutorado em Sociologia) – École de Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, Paris, 2004.

- ROUET, F; DUPIN, X. *Le Soutien aux industries culturelles*. Paris: La Documentation française, 1991.
- SAPIRO, Gisèle. L'importation de la littérature hébraïque en France: entre communautarisme et universalisme. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 144, p. 80-98, 2002.
- SAPIRO, Gisèle. The Literary Field: between the State and the Market. *Poetics. Journal of Empirical Research on Culture, the Media and the Arts*, vol. 31, n. 5-6, p. 441-461, 2003.
- SAPIRO, Gisèle. Entre individualisme et corporatisme: les écrivains dans la première moitié du XXe siècle. In: KAPLAN, S; MINARD, P. (Org.). *La France malade du corporatisme ?*. Paris: Belin, p. 279-314, 2004.
- SAPIRO, Gisèle. (Org.). *La Traduction comme vecteur des échanges culturels internationaux. Circulation des livres de littérature et de sciences sociales et évolution de la place de la France sur le marché mondial de l'édition (1980-2002)*. Relatório de pesquisa. Centre de sociologie européenne, 2007.
- SAPIRO, Gisèle. Normes de traduction et contraintes sociales. In: PYM, A.; SHLESINGER, M.; SIMEONI, D. (Org.). *Beyond Descriptive Translation Studies*. Amsterdam: John Benjamins, 2008, p. 199-208.
- SIMEONI, Daniel. The Pivotal Status of the Translator's Habitus. *Target*, Amsterdam, n. 101, p. 1-39, 1998.
- SELA-SHEFFY, R. How to Be a (Recognized) Translator: Rethinking Habitus, Norms, and the Field of Translation. *Target*, Amsterdam, n. 17/1, p. 1-26, 2005.
- SMELSER, Neil J; SWEDBERG, Richard (Org.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton UP/Russel Sage Foundation, 2005 (2a. ed.).
- SERRY, Hervé. Constituer un catalogue littéraire. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 144, p. 70-79, septembre 2002.
- SHAVIT, Zohar. Fabriquer une culture nationale. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 144, p. 21-33, 2002.
- SORA, Gustavo. Un échange dénié. La traduction d'auteurs brésiliens en Argentine. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 145, p. 61-70, 2002.
- SORA, Gustavo. *Traducir el Brasil*. Una antropologia de la circulacion internacional de ideas. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- SUREL, Y. *L'État et le livre: les politiques publiques du livre en France: 1957-1993*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- SWANN, Abram de. The Emergent World Language System. *International Political Science Review*, vol. 14, n. 3, julho 1993.
- SWANN, Abram de. *Words of the World: The Global Language System*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- THIESSE, Anne-Marie. *La Création des identités nationales*. Europe XVIIIe siècle-XXe siècle. Paris: Seuil, 1999.
- THOMPSON, J. *Books in the Digital Age*. Cambridge: Polity Press, 2005
- THOMPSON, J. L'édition savante à la croisée des chemins. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 164, p. 93-98, 2006.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social Network Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- WILFERT, Blaise. Cosmopolis et l'homme invisible. Les importateurs de littérature étrangère en France, 1885- 1914. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 144, p. 33-46, 2002.